

Sejam minhas últimas palavras as de otimismo quanto ao porvir do País, que se deseja e espera tranquilo, no rumo do desenvolvimento; e também de saudação a esta Colenda Assembléia, na qual tanto confia o povo paulista.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Ao formular a política que denominei *Uma Estratégia de Governo*, tive em mente o preciso conceito de desenvolvimento, que não corresponde, como é sabido, ao simples, embora indispensável, crescimento econômico, mas compreende, também, num processo de plena integração do indivíduo na sociedade, a melhoria da qualidade de vida.

Desenvolveu-se, assim, a estratégia, em dois setores, além, naturalmente, do administrativo: o social e o econômico e de infra-estrutura, com ênfase, no setor social, como primeira das prioridades, às áreas de saneamento, de saúde pública, dos transportes de massa, da habitação e da segurança.

Cabe lembrar, agora, em resumo, a colocação dada aos problemas que se identificaram e que constituíram o objeto da Estratégia, trazendo a Vossa Excelência o que se fez em função dela e as realizações levadas a efeito, com o intuito, não apenas de enfrentar as dificuldades oriundas da conjuntura local e nacional, mas, concomitantemente, movido pelo desejo de propiciar à comunidade paulista o bem-estar a que aspira.

Do relato que me permitirei fazer, a seguir, poderá esta augusta Assembléia, como poderá o povo de São Paulo, ajuizar da fidelidade com que foram cumpridos os anunciados propósitos, frutos da meditada análise dos problemas, postos em confronto com os reclamos do desenvolvimento.

A Economia Paulista em 1975

A economia paulista, em 1975, apesar das condições desfavoráveis da conjuntura internacional, comprovou a segurança de suas bases, pois não cessou o seu ritmo de desenvolvimento e conseguiu registrar crescimento aproximado de 5%, aquém das marcas obtidas nos anos anteriores.

Essa elevação se deve aos setores industrial e de serviços, que cresceram, respectivamente, 7,12% e 7%. Apenas a agricultura acusou um decréscimo de 9,8%, em consequência das geadas e da estiagem, esta entre junho e setembro.

Resultou o crescimento do setor industrial da ocorrência de altas taxas na construção civil, nos serviços industriais do Estado e nos setores da indústria de transformação. Na construção civil, registrou-se, em 1975, o aumento de 15,4% no consumo de cimento, no Estado, com o consumo de 5,44 milhões de toneladas, contra 4,82 milhões de toneladas consumidas em 1974. O consumo industrial de energia elétrica cresceu 5,2%; o nível de emprego, no município de São Paulo, 4,6%; a produção de laminados expandiu-se 6,4%.

Já se disse que um dos grandes acontecimentos da última década foi a ampla vinculação de nosso País à economia mundial. As referências ao Brasil, como potência emergente partem de porta-vozes credenciados, de países desenvolvidos. Tivemos, agora, que pagar o preço da nossa interdependência, já que, obviamente, as ocorrências, boas ou más, da conjuntura internacional não poderiam deixar de ser registradas pelos nossos sismógrafos econômicos.

O setor industrial paulista conseguiu vencer, em 1975, a tendência francamente recessiva dos primeiros meses do ano, alcançando, a partir do segundo semestre, comportamento bem mais satisfatório, embora com resultados ainda modestos, em relação a 1974, no que se refere a vendas reais e ao nível de emprego industrial.

É evidente que as medidas da política federal, orientadas para o controle do déficit do balanço de pagamentos, visando, principalmente, à contenção das importações, repercutiram nas atividades dos setores industriais dependentes de bens importados, desacelerando a criação de empregos e o volume de vendas.

Não há, porém, queda do desenvolvimento industrial paulista, mas desacelerações e contenções decorrentes da nova política econômica do País, destinada a fazer frente à situação mundial.

Medidas estão sendo cogitadas para ativar setores com capacidade de alta absorção de mão-de-obra e para menor utilização de insumos importados, no caso da agroindústria e da construção civil.

O setor de bens de produção apresentou, no ano findo, significativos índices de crescimento, embora o setor de bens de consumo duráveis que, nos anos 1968/1973, representava o segmento dinâmico das economias paulista e brasileira, tenha obtido resultados inferiores à expectativa. No caso da indústria automobilística, seu crescimento, em 1975, foi de apenas 2,8%. A causa está na retração da demanda, que impôs o arrefecimento do ritmo de produção e, ao mesmo tempo, aumento de preços, para compensar a retração de procura, mas o valor das vendas registraram o acréscimo de 3,5%, em relação a 1974.

O setor de bens de consumo de massa esteve, como estará neste ano, na dependência da política salarial a ser adotada. Em 1975, o movimento de vendas se manteve nos mesmos níveis de 1974, porquanto os aumentos salariais repuseram parte do poder aquisitivo dos consumidores.

A prova da vitalidade da economia paulista está nos índices de seu crescimento, a despeito da conjuntura, que nos impôs pesados ônus.

No setor de bens de capital, a indústria de máquinas, em São Paulo, no decorrer de 1975, registrou crescimento de 5,1%, com o consumo de 13,7% a mais de energia, e aumentou seu nível de emprego de 7,6%, com incremento de 2,8% nas horas trabalhadas na produção. O faturamento real expandiu-se 4,7%, embora esta taxa seja inferior à dos anos anteriores.

Dentre os ramos da indústria mecânica, o de máquinas têxteis foi o mais afetado, pois, até novembro, teve sua produção reduzida de 11,7%, resultado das dificuldades enfrentadas no que tange à comercialização externa, o que provocou a diminuição da procura de novas máquinas.

Houve ligeira reativação do setor, após as vendas de inverno, causada por certa recuperação do mercado interno, que se vincula ao poder aquisitivo da população e, portanto, à política salarial.

No mercado externo, os têxteis, a exemplo dos calçados, vêm encontrando dificuldades de colocação, em consequência de barreiras protecionistas, como cotas e tarifas alfandegárias.

Os fabricantes de máquinas agrícolas, por seu lado, obtiveram, até novembro último, acréscimo de 6%, em consequência da substituição das culturas inutilizadas pela geada. Também os fabricantes de máquinas pesadas e de máquinas-ferramenta obtiveram, em 1975, marcas superiores às de 1974.

Em 1976, ainda neste setor da indústria mecânica, medidas governamentais adotadas desde o ano passado, proporcionando melhores prazos e condições de financiamento, irão, certamente, abrir mais largas perspectivas, contornando a preferência até agora verificada pela compra de bens de capital no exterior e ditada pela obtenção da facilidade de maior prazo. O BNDE colocará, no próximo quadriênio, à disposição do setor, recursos da ordem de 90 bilhões de cruzeiros, além de estimular a ampliação das indústrias produtoras de bens de capital.

O consumo industrial de energia elétrica registrou evolução de 5,9%. Mas, já refletindo a descentralização do setor industrial paulista, a região interiorana acusou o crescimento de 11,1%.

Apesar da desaceleração da economia, verificada em 1975, o comportamento da receita permitiu que o orçamento se encerrasse com equilíbrio, embora elaborado com a perspectiva do aumento de 10% do Produto Interno Bruto e de uma taxa de inflação de 20%, índices que, na realidade, foram de 5% e 30%, aproximadamente, no exercício.

O comportamento orçamentário, que vem desde 1974, se persistir nos anos vindouros, poderá acarretar dificuldades, em virtude do maior crescimento das despesas correntes que o da receita tributária, com a consequente diminuição da capacidade de investimentos do Estado.

Impõe-se, ainda neste exercício, acompanhar o comportamento orçamentário e, se for o caso, propor ao Governo Federal alterações na legislação tributária, a fim de que se possa garantir aos Estados a continuidade de sua capacidade de investimentos, sem prejuízo de seus programas de obras públicas fundamentais.

Prevista em Cr\$ 33,4 bilhões, a receita alcançou o montante de Cr\$ 37,6 bilhões, com a expressiva diferença de 12,5%. A arrecadação do ICM, principal receita tributária, superou a previsão, atingindo a importância de Cr\$ 21,4 bilhões, excluída a cota-parte dos municípios, com o aumento de 4,7%. Comparada com a de 1974, a arrecadação desse tributo revelou o aumento de 2,7%.

Contudo, a redução do nível de negócios, decorrente da conjuntura, não deixou de influir sobre a capacidade de investimentos com recursos orçamentários, dado o peso relativo do ICM na receita.

Os recursos disponíveis do Tesouro, em conformidade com os programas prioritários, indicados na estratégia governamental, foram destinados, na proporção de 57% ao Setor Social, de 30% ao Setor Econômico e de infra-estrutura e de 13% ao Setor Administrativo.

As aplicações adicionais, correspondentes à suplementação orçamentária foram destinadas à Secretaria da Educação (Cr\$ 1,7 bilhão); à Secretaria da Segurança (Cr\$ 1,2 bilhão); à Secretaria de Obras e Meio Ambiente (Cr\$ 913 milhões); à Secretaria dos Transportes (Cr\$ 778 milhões); à Secretaria da Saúde (Cr\$ 342 milhões); e à Secretaria da Promoção Social (Cr\$ 336 milhões).

Constituído para orientar, de maneira mais racional, a utilização dos recursos disponíveis, o Sistema Integrado do Estado abrangge, tanto as áreas financeiras da Administração centralizada, quanto as da descentralizada, possibilitando o apoio ao setor privado para estímulo ao desenvolvimento da economia.